

PROF. ANTONIO GUEDES RANGEL JUNIOR
Reitor da UEPB

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 044 / 2017
PROCESSO ADMINISTRATIVO: 04.707 / 2017
REGISTRO NA CGE N.º 17 / 01007 - 3
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 071 / 2017

Com base nas Leis N.º 8.666/93 e 10.520/2002, Decretos Estaduais N.ºs. 24.649/03 e 26.375/05, considerando, a regularidade de todos os documentos que compõem o processo licitatório da modalidade PREGÃO ELETRÔNICO que tem por objeto **AQUISIÇÃO DE IMPRESSORA BRAILLE E OUTROS PARA O CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E SOCIAIS APLICADAS, CAMPUS V DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA - UEPB. ADJUDICO e HOMOLOGO** todo o procedimento realizado, que decidiu pela classificação pelo **MENOR PREÇO POR ITEM**, a empresa abaixo citada:

Defensoria Pública do Estado da Paraíba

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA PARAÍBA

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL N.º 011/2017
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO
PROCESSO N.º 3529/2017-1

A DEFENSORIA PÚBLICA-GERAL DO ESTADO DA PARAÍBA, no uso de suas atribuições legais, nos termos apresentados pelo Pregoeiro, na Ata da Sessão e Termo de Adjudicação, **HOMOLOGA** o resultado do processo referente ao Pregão Presencial n.º 011/2017, cujo objetivo é a administração e

JARBAS DE MELO AZEVEDO

Pedra Lavrada - PB, 21 de Dezembro de 2017.

objeto a: CONSTRUTORA R & R LTDA - EPP - R\$ 72.638,86

Nos termos do relatório final apresentado pela Comissão Permanente de Licitação e observado o parecer da Assessoria Jurídica, referente a Tomada de Preços n.º 00003/2017, que objetivava: CONSTRUÇÃO DE MURO DA ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL MARILDES SOCORRO DE LUCENA CORDEIRO; HOMOLOGO o correspondente procedimento licitatório e ADJUDICO o seu

HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS N.º 00003/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA LAVRADA

PROCESSO: Exposição de Motivos n.º IN0004/2017. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SHOW MUSICAL COM A BANDA E CANTORA WALKYRIA SANTOS E BANDA. Durante as Festividades de Emancipação Política deste município no dia 22 de Dezembro de 2017, em Praça Pública. FUNDAMENTO LEGAL: Art. 25, inciso III, da Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações. AUTORIZAÇÃO: Secretária Municipal de Turismo e Meio Ambiente. RATIFICAÇÃO: Prefeito, em 07/12/2017. DOTAÇÃO: R\$ 7.500,00.

RATIFICAÇÃO E ADJUDICAÇÃO, EXTRATO DE CONTRATO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM DO BREJO DO CRUZ

DURANTE AS FESTIVIDADES DE EMANCIPAÇÃO POLÍTICA DESTA MUNICÍPIO NO DIA 22 DE DEZEMBRO DE 2017, EM PRAÇA PÚBLICA. FUNDAMENTO LEGAL: Art. 24, inciso II, da Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações. AUTORIZAÇÃO: Secretária Municipal de Turismo e Meio Ambiente. RATIFICAÇÃO: Prefeito, em 19/12/2017. VIGÊNCIA: 2 (dois) meses. PARTES CONTRA-TANTES: Prefeitura Municipal de Belém do Brejo do Cruz e: CT N.º 00122/2017 - 20.12.17 - MICHAEL CIPRIANO DE OLIVEIRA GODEIRO-ME - R\$ 7.500,00.



gerenciamento de frota em rede de postos credenciados com fornecimento de combustíveis automotivos, (Gasolina Comum, Óleo Diesel S10 e Óleo Diesel Comum), por meio de Sistema Eletrônico com Cartão Magnético, com Chip e/ou tarja, para atender a demanda da frota de veículos, que compõem a Defensoria Pública do Estado da Paraíba, para eventual contratação através do Sistema de Registro de Preço, conforme especificações contidas no Termo de Referência, denominado como anexo I, do Edital, conforme abaixo:

ITEM	TAXA ADMINISTRATIVA	LICITANTE	CNPJ/ME	VALOR R\$
01	1,20%	CRIVALE ADMINISTRAÇÃO LTDA	00.604.122/0001-97	182.942,95

João Pessoa - PB, 13 de dezembro de 2017.

MARIA MADALENA ABRANTES SILVA
Defensora Pública-Geral/PB

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA PARAÍBA

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO/ADJUDICAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 016/2017-SRP PROCESSO Nº 2819/2017-4

A DEFENSORIA PÚBLICA-GERAL DO ESTADO DA PARAÍBA, no uso de suas atribuições legais, nos termos apresentados pelo Pregoeiro, na Ata da Sessão, **HOMOLOGA** o resultado do processo referente ao Pregão Presencial nº 016/2017, cujo objetivo é a contratação de empresa especializada no fornecimento de coffee breaks, lanches e coquetéis, com fornecimento de materiais e disponibilização de pessoal, conforme especificações contidas no termo de referência, denominado como anexo I, do edital, para atender as necessidades da Defensoria Pública do Estado da Paraíba, conforme abaixo:

LOTE	LICITANTE	CNPJ/ME	VALOR R\$
ÚNICO	JANE GLEICE FERREIRA DA SILVA MARTINS ME	20.745.574/0001-07	R\$ 459.000,00

João Pessoa - PB, 13 de dezembro de 2017.

MARIA MADALENA ABRANTES SILVA
Defensora Pública-Geral/PB

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA PARAÍBA

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO/ADJUDICAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 018/2017-SRP PROCESSO Nº 3611/2017-4

A DEFENSORIA PÚBLICA-GERAL DO ESTADO DA PARAÍBA, no uso de suas atribuições legais, nos termos apresentados pelo Pregoeiro, na Ata da Sessão, **HOMOLOGA** o resultado do processo referente ao Pregão Presencial nº 018/2017, cujo objetivo é a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva com reposição de peças em veículos, conforme especificações contidas no termo de referência, denominado como anexo I, do edital, para atender as necessidades da Defensoria Pública do Estado da Paraíba, conforme abaixo:

LOTE	LICITANTE	CNPJ/ME	PERCENTUAL DE DESCONTO
ÚNICO	JOSÉ FIRMINO DA CRUZ FILHO	05.815.635/0001-60	20%

João Pessoa - PB, 13 de dezembro de 2017.

MARIA MADALENA ABRANTES SILVA
Defensora Pública-Geral/PB

§ 1º A taxa poderá ser revista em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens registrados, devendo ser promovidas negociações com os fornecedores e a Defensoria.

§ 2º Quando a taxa inicialmente registrada, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o fornecedor será convocado, a fim de negociar a redução de sua taxa, de forma a adequá-lo à média apurada.

§ 3º Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor apresentar requerimento fundamentado com comprovantes de que não pode cumprir as obrigações assumidas, a DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA PARAÍBA poderá liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados.

§ 4º Em qualquer hipótese, os preços decorrentes da revisão não poderão ultrapassar os praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta do fornecedor e aquele vigente no mercado à época do registro – equação econômico-financeira.

§ 5º Será considerado preço de mercado, o que for igual ou inferior à média daquele apurado pela DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA PARAÍBA para determinado item.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA OBRIGAÇÃO DO FORNECEDOR

Sem prejuízo das disposições contidas no Pregão Presencial nº 011/2017 e seus anexos, o FORNECEDOR se obriga a assinar esta Ata e Instrumento de contrato, no prazo máximo fixado pela DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA PARAÍBA.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

O prazo de vigência da presente Ata de Registro de Preços é de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua publicação.

CLÁUSULA QUINTA - DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

O gerenciamento deste instrumento, nos aspectos operacional e contratual, caberá ao Departamento responsável pela Gestão do Contrato, que se obriga a:

- Efetuar controle do fornecedor, dos preços, dos materiais registrados;
- Notificar o fornecedor para assinatura do contrato;
- Rever a taxa registrada, a qualquer tempo, em decorrência da redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve os custos dos bens registrados;
- Conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação da taxa registrada, para fins de adequação às novas condições de mercado e de aplicação de penalidades;
- Coordenar as formalidades e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas no Edital da licitação e na presente Ata.

VI. Coordenar, com apoio da Comissão Permanente de Licitação, as formalidades de adesão a Ata por outros Órgãos ou entidades;

VII. Autorizar que outros órgãos da administração pública direta ou indireta, de âmbito Federal, Estadual ou Municipal possam aderir à ata de registro de preços, desde que formalizem requerimento ao Órgão Gerenciador da Ata, nos termos do Decreto Estadual nº 7.892/2013, que regulamenta o Sistema de Registro de Preço para a aquisição de bens e contratação de serviços para órgãos e entidades da Administração Pública, bem como que haja expressa aceitação por parte da empresa fornecedora, com declaração clara e precisa de que o fornecimento para o órgão solicitante não irá comprometer o saldo de quantitativos constantes nesta ata.

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇO

A taxa registrada na presente Ata poderá ser cancelada de pleno direito, conforme a seguir: